



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 13, v. 2 mai.-out.2020

p. 183-192.

Entrevista com Millena Passos

(Entrevista com Millena Passos)

(Interview with Millena Passos)

Rosa Meire Carvalho de Oliveira¹

César Gabriel Belém Santos²

Carlos Maurício Santos Guimarães³

Yvana Calado Garcia⁴

Eu já ultrapassei o Movimento LGBT
Informação verbal⁵, Millena Passos

Figura 1 – Millena é a primeira trans no Brasil a ocupar cargo em uma secretaria de políticas para as mulheres



Foto: Rosa Meire (2018)

¹ Doutora em Educação, Comunicação e (In)formação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Comunicação e Cultura Contemporâneas pelo programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas (Poscom) da UFBA. E jornalista pela Faculdade de Comunicação (Facom) da UFBA. Graduanda no Bacharelado de Estudos em Gênero e Diversidade pela UFBA. E-mail: rosameire.oliveira@gmail.com

² Graduado em Relações Públicas pela Universidade do Estado da Bahia e graduando no Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade da UFBA. E-mail: cesar.bellem@gmail.com

³ Graduado em Sociologia pela UFBA e graduando no Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade da UFBA. E-mail: mamau.guimaraes@gmail.com

⁴ Graduada em História pela Unijorge e em Pedagogia pela UNIFACS. É graduanda no Bacharelado de Estudos em Gênero e Diversidade da UFBA. E-mail: yccgarcia@yahoo.com.br

⁵ Informação fornecida por Millena Passos em entrevista, em Salvador, em 19 de julho de 2018.



Artigo licenciado sob forma de uma licença Creative Commons [Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). (CC BY-NC 4.0)

Recebido em 08/02/19

Aceito em 19/11/19

Millena Passos é sinônimo de desafios. Ela é a primeira trans no Brasil a ocupar um cargo em uma secretaria de políticas públicas voltadas às mulheres. A secretária executiva do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher (CDDM) nos recebeu para esta entrevista em sua sala na Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) do Governo da Bahia, na região do Caminho das Árvores, em Salvador. Millena falou dos desafios pessoais como mulher trans e militante em diversos movimentos sociais. “Eu já ultrapassei o movimento LGBT. Estou no movimento negro, no movimento de mulheres”, afirmou, ao revelar sua ação diária na luta contra a discriminação e o preconceito em suas diversas formas.

Dentre as suas contribuições, destaca seu ativismo direto no chamado Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS), que garantiu, dentre outros direitos, a mudança de sexo/gênero a travestis e transexuais pelo mesmo sistema (BRASIL, 2008/2013); e também aponta sua contribuição para a construção da Portaria Federal nº 675/MP, de 30 de março de 2006 (BRASIL, 2006), a primeira relativa ao nome social, posteriormente revogada pela Portaria Federal nº 1.820, de 13 de agosto de 2009 (BRASIL, 2009). Na Bahia essa luta se desdobrou com a implantação do nome social para a área da Educação, em vigor por meio da Resolução nº 120, 5 de novembro de 2013, do Conselho Estadual de Educação (BAHIA, 2013). O instrumento garante que o nome social seja o único a ser exibido em documentos internos, como listas de presença, nas escolas e instituições educativas estaduais, bem como o direito de a pessoa sempre ser chamada oralmente pelo nome social, inclusive, em solenidades oficiais. A luta, segundo Millena, é pela garantia de dignidade humana a travestis, pessoas trans ou a qualquer pessoa que deseje o direito de exercer suas próprias identidades de gênero em todos os espaços sociais e pela defesa da própria vida, no combate à discriminação, uma vez que a cada 48 horas uma pessoa trans é morta no Brasil, segundo dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 2017).

As contribuições de Millena Passos nos dão a dimensão do quanto as pessoas trans e LGBT são vítimas de processos históricos que constroem hierarquias sociais e produzem desigualdades, principalmente por conta das estruturas de poder e mando em nossa sociedade demonstrarem aversão a tudo que foge ao padrão estabelecido pela moral burguesa. Sabemos que as desigualdades de gênero são uma construção social que estabelecem relações de privilégio para o sexo/gênero masculino e de subalternidade para o feminino e que as questões relacionadas à



sexualidade privilegiam também a heteronormatividade. Portanto, as formas de opressão, controle e exclusão são construídas socialmente e nada possuem de natural.

Dessa forma, Millena nos conduz a refletir sobre a necessidade de buscar desconstruir essa ideia, muitas vezes naturalizada, de que existem papéis sociais pré-definidos para serem ocupados pelos sexos/gêneros e pelas diferentes sexualidades e a construir uma outra reflexão que combata essa estrutura de privilégios para os grupos sociais que são considerados o “padrão”, a partir de uma perspectiva que possa garantir a efetivação da cidadania para os grupos historicamente excluídos. “Ter eu aqui em uma secretaria como essa é um avanço, um começo de tudo” (Informação verbal)⁶, diz.

Rosa Meire/César Belém: *Fale-nos um pouco sobre sua trajetória até aqui.*

Sou a primeira trans do Brasil lotada em uma secretaria de políticas para as mulheres. Vim das ruas de Salvador. Já fui profissional do sexo, não tenho vergonha disso, respeito, é uma profissão como qualquer outra, mas não quero mais esse ofício na minha vida. Ajudei a construir algumas leis e portarias no Brasil. Continuo a construir o movimento social, sou ativista política LGBT. Já fui vice-presidente e assumi como interina a presidência da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), faço parte da [comissão] executiva do Fórum Baiano LGBT e sou presidente da Associação de Travestis de Salvador (Atras). Atualmente sou diretora da Rede Trans Brasil, faço parte do Movimento Negro e também sou diretora LGBT da Unegro Bahia. Sou diretora da União Nacional LGBT (UNALGBT) e da Aliança Nacional LGBT - nacional e também da estrutura na Bahia; coordenadora do Grupo Gay da Bahia, setor do gênero feminino e milito também no movimento de mulheres, que é muito importante. Então, eu já ultrapassei o movimento LGBT. A minha militância me confere uma responsabilidade que, em geral, assumo, pois, a maioria das principais temáticas eu que tenho de resolver. Pessoas me ligam às 3h, 4h da manhã, mesmo tendo outras referências importantes do movimento aqui na Bahia, sempre sou eu a atender. (Millena Passos)

RM/CB: *Qual a realidade dos dados de assassinatos de travestis e transexuais no Brasil?*

Em 2017, o Brasil encabeçou o mapa mundial de assassinatos de travestis e transexuais com 179 assassinatos de pessoas trans. E, segundo dados da Antra, a cada 48 horas uma pessoa trans é morta no Brasil. Foi também o ano em que mais se matou pessoas LGBT no país. Segundo estudo do Grupo Gay da Bahia, foram 445 mortes, com uma pessoa assassinada a cada 19 horas. Naquele ano fui em uma ocasião a Minas Gerais para poder

⁶ Informação fornecida por Millena Passos em entrevista, em Salvador, em 19 de julho de 2018.



reconhecer o corpo de uma trans negra. Quando cheguei lá no necrotério havia mais outros quatro corpos de pessoas trans, e eram negras. Fui com a mãe, enterramos lá, conseguimos enterrar lá. E, assim, salientando que o Brasil, dentre os países de tratados de Direitos Humanos, é o segundo país do mundo que é mais violento com pessoas LGBT. Lembrando que a carne que mais sangra é a carne negra, como diz Elza Soares. E entre as letrinhas, a carne que mais sangra é a do gênero feminino. Ser mulher hoje no Brasil é motivo de tomar cuidado, de sofrer violência. Imagine ser mulher trans! Existem estigmas a mais fora do quadro da sociedade. (MP)

RM/CB: *Por que a Sociologia, digamos assim, nesses dados, ela caracteriza, por exemplo, um mapa trans e não um mapa LGBT, em que os dados das pessoas trans já estão incluídos? Por que tem essas especificidades?*

Porque é importante. O LGBT são as letrinhas que tem. O 'L' é para lésbica, o 'B' é para bissexual, que pode ser homem e mulher, o 'G', ele pode ser um gay. E muitas vezes, quando ele é mais afeminado, ele sofre mais um estigma. Aquela coisa, aquelas questões. A travesti e as transexuais ainda têm vulnerabilidade maior. Às vezes, as famílias não aceitam, né? É a letrinha que sofre mais estigma. Porque é do gênero feminino. Hoje existem também os homens trans, que são as pessoas que nasceram biologicamente com o sexo feminino, mas se sentem homens. É preciso botar na cabeça que hoje existem mulheres de pênis e homens de vagina. Homens de vagina são os homens trans, nasceram biologicamente com o sexo feminino e se constituíram para o gênero masculino. Mulheres trans nasceram com o sexo masculino, mas se constituíram no gênero feminino. Podem fazer cirurgia ou não para readequar sua cabeça ao gênero. E é importante salientar isso. Muitas pessoas usam suas visões preconceituosas a partir do sexo biológico para poder me discriminar, chamando-me de 'ele', a questão da minha identidade. Por isso é importante o registro civil, você compreende? Não vai acabar com o preconceito, mas vai amenizá-lo. O recorte específico feito pelos mapas é necessário porque, se você começar a observar, a carne que mais sofre é a carne negra e as pessoas mais assassinadas são as pessoas trans. (MP)

RM/CB: *Qual seu cargo aqui na secretaria?*

Secretária Executiva do CDDM. Eu ajudo a estrutura do Conselho. Há essas questões que ainda são preocupantes. Eu tive a sensibilidade da gestora anterior, Olívia Santana, e depois da nova secretária, Julieta Palmeira, que deu continuidade à minha permanência. Quero agradecer. Também à então vereadora Fabíola Mansur, que indicou meu nome à secretaria para assumir esse cargo. Se não fosse assim, não estaria aqui. Sonho ainda que tenha uma pessoa trans em cada secretaria. Não por pena, compreende? Se for para servir cafezinho, vai servir cafezinho. Se for para ser igual a mim, para ser assessora técnica, vai



ser assessora técnica. Nada por pena, só que vai ter essa reparação. Porque eu fico observando que muitos políticos falam de LGBT, mas, em suas assessorias, há gays e lésbicas – não discriminando meus irmãos gays e lésbicas, né? A grande maioria é heteronormativa, pode observar, mas não tem travestis. (MP)

RM/CB: *E como é a situação da representatividade LGBT em funções de assessoria nos parlamentos?*

Tem, no município, uma assessora parlamentar de Suíca – eu lembro dessa. Suíca tem uma assessora trans, Tuka Perez. Jean Wyllys tinha uma assessora trans e, pelo que ele me falou, a assessora é minha amiga de muitos anos, chama-se Alessandra Makeda, do Rio de Janeiro... Tem uma do Piauí que foi prefeita. (MP)

RM/CB: *Você teve muita dificuldade para ter seu nome reconhecido? Quando você deu entrada no reconhecimento do nome civil?*

Fui pioneira na luta, no Brasil, junto com outras companheiras, do nome social. Lá atrás, como temporã, por meio da Portaria nº 675/2006 (BRASIL, 2006). Na época foi decorrente da primeira audiência que o ministro da Saúde teve com as pessoas transexuais. A gente pediu essa portaria, que era só nome social. Hoje há uma nova portaria, a nº 1.820, de 13 de agosto de 2009 (BRASIL, 2009), que dá direito ao cartão do SUS. Ela é mais ampla. Por incrível que pareça, fui uma das primeiras a dar entrada aqui na Bahia no nome civil⁷. (MP)

RM/CB: *Dentro da estrutura da secretaria, quais políticas públicas você destaca?*

Aqui, como em uma secretaria de articulação, a gente trabalha com mulheres, com diversidade de mulheres, visando o seu empoderamento. Qual a campanha que eu acho aqui na secretaria muito importante? Tem uma que visibilizou as violências, que as mulheres começaram a se empoderar, chamada 'Respeita as Mina!'. Foi uma campanha carro-chefe. Foi uma campanha que ultrapassou as mulheres e sua diversidade. A 'Respeita as Mina!' engloba todas as mulheres. Ela começou a ter recortes: 'Respeita as Pretas!' por meio de broches, campanhas audiovisuais. Vários espaços. Tem a 'Respeita as Gordas!', 'Respeita as Lésbicas!', 'Respeita as Travestis!', 'Respeita as Trans!', 'Respeita as Bissexuais!'. Lembrando que, dentro da secretaria, existem as políticas para as mulheres Lésbicas, Bi e Transexuais (LBT), mas as políticas LGBT, como um todo, estão nos Direitos Humanos. Aqui, na secretaria, reconheço o importante papel que represento como mulher trans, na articulação e empoderamento das mulheres. Aqui eu já fiz como

⁷ Millena Passos obteve o registro civil em novembro de 2018.



ação o Mulheres Lésbicas no Espaço de Poder. Eu consultei o movimento, claro, para não fazer nada de errado, em 2017, no mês de agosto. E no Conselho, existe uma cadeira ocupada pela LBL, que é o movimento de lésbicas e uma pró-movimento de bissexuais. (MP)

RM/CB: *Fale-nos sobre sua trajetória até aqui. Para você assumir essa posição, como você, mulher trans, chegou até aqui, nessa trajetória positiva?*

MP: Politicamente eu falo “mulher trans”, mas eu sou uma pessoa.

RM/CB: *Então você acha que deva sair esse rótulo, antes ou depois do seu nome, você é uma mulher e pronto.*

Pronto. Eu sou um ser humano igual a você. Então é a mesma coisa com uma mulher trans. Porém, politicamente, eu preciso falar sobre isso e afirmar, afirmar politicamente, para não invisibilizar meu nome. Nesse momento, o que eu estou fazendo é para que as futuras gerações não passem pelo que eu passei. (MP)

RM/CB: *E o que foi que você passou, Millena?*

Eu nasci Millena. Sempre fui Millena e pronto. Não se nasce mulher, torna-se mulher, compreende? Eu sempre fui Millena, foi uma construção, eu sempre fui uma criança muito... uma menina muito feminina. Eu nasci biologicamente menino, nasci do sexo masculino, mas eu era uma criança diferente e me construí como mulher e paguei um preço muito alto. Eu fui parar na prostituição, para poder me alimentar. Eu não quero me passar como uma coitadinha, eu sou uma vencedora. Millena foi uma construção. Para chegar a ser Millena, foi uma construção. As pessoas começavam a falar: ‘Você é tão meiguinha’. Hoje eu não sou mais meiguinha, eu sou uma mulher madura. Minha família nunca me chamava pelo nome de Millena. Chamava pelo meu nome de registro, que não condizia com minha aparência, e hoje eu vejo minhas tias me chamando de Millena. Elas começaram a me chamar. Eu, quando era criança, não era muito da minha família, pois a gente vai construindo outras famílias. Eu já passei por muitos obstáculos. Eu fui das ruas, eu nunca imaginava sair das ruas e estar aqui na frente de vocês, conversando numa secretaria como essa. Foi uma vitória e, se você começar a ver essas questões, verá que eu sou uma vencedora. Hoje eu pego minha tia me chamando de Millena, mas uma prima me chamando pelo nome de registro e me discriminando, usando a religião dela para me discriminar. Só que Deus é amor, Deus não tem religião, não tem preconceito. Minha avó de 90 anos morreu me aceitando. Nunca me questionou, mas minhas tias que são mais jovens do que minha avó questionavam essa minha caminhada, minha transexualidade. Elas achavam que eu deveria ser um garotinho gay, heteronormativo, bem escondidinho



sem me mostrar para a sociedade, naquela caixinha. Hoje elas me ligam e dizem: 'Todo dia você está no jornal!'. (MP)

RM/CB: *Dentre os estigmas às pessoas LGBT, quais bandeiras de luta você acredita que devam ser levantadas?*

Todas! Todas as bandeiras são importantes. Mas, assim, quando parte para alguns estigmas, é pior. Quando você é gay branco, o pessoal lhe nota por ser gay, mas não tanto pela sua cor. Mas se você é gay negro, fora do padrão, seu estigma aumenta. Se for travesti, vai aumentando. E se você é uma travesti não tão heteronormativa, fora do padrão da sociedade, como é 'dita'. A gente faz loucura! Faz loucura para ser aceita. Para ser aceita, tive que colocar silicone na minha bunda. Hoje eu poderia estar morta. Deitei numa cama, outra travesti colocou. Isso tudo para ser aceita. Muitas companheiras morreram. Sabe como isso é feito? Com agulha de cavalo enfiando o silicone nas nádegas. Essas transformações têm a ver com gênero, não é? Mas são importantes porque, para serem aceitas na sociedade, elas passam por modificações corporais. Elas querem essas modificações. (MP)

RM/CB: *Você acredita que sua presença aqui, sua presença nos espaços, vai ajudar essas meninas?*

MP: Ajuda a empoderar.

RM/CB: *A se empoderar e superar a idade de risco para pessoas LGBT, que hoje é de 35 anos...*

É uma idade média. Mas quando você vai falar dos estigmas, quando ela é negra, quando ela é fora do padrão, ela vai viver bem menos do que os 35 anos, vai bater os 20 anos, 22, 23 anos. Eu vi muitos corpos negros, de pessoas trans negras, morrendo cedo. Eu mesma quando estive lá em Minas Gerais, quando eu abri o necrotério para poder reconhecer a trans no final de 2017, tinha mais quatro corpos negros de pessoas trans negras da faixa etária de 20 a 25 anos ou até menos. Então, assim, a vulnerabilidade da questão da violência que é imposta para ela é muito maior do que se imagina. A mídia é repressora. A mídia e o sistema as levam para isso mesmo. Mas como leva para isso mesmo? Um exemplo: quando um gay é preso na televisão, repare em alguns programas, chama ele de ela: 'Olha a boneca Michele, a boneca Fulana'. Quando uma travesti é presa, como é que chama: de traveco. Assim, nós temos grandes avanços, graças ao ativismo, temos conseguido avanços também. Vou pontuar avanços que foram importantes para as políticas acontecerem: teve campanhas como A Bahia sem Homofobia, Brasil sem Homofobia, a conferência LGBT, que foi um avanço histórico para essas políticas serem



implementadas, que foram avanços e sinalizam os avanços também para minimizar os casos de violência. A Portaria 120/2013 da Educação (BAHIA, 2013), na qual eu fui pioneira na luta, [foi necessária] quando três trans do Colégio Estadual Senhor do Bonfim, em Salvador, começaram a reclamar da questão que o nome social não estava sendo respeitado. Então eu tive uma reunião com a antiga superintendente Amélia Tereza Maraux, que era da Secretaria de Educação na época do governo Wagner. E daí eu fui fazer a defesa no Comitê de Educação dessa resolução. Já existe o Decreto [nº 17.523, de 23 de março de 2017 (BAHIA, 2017)], do governo Rui Costa, estendendo aquela portaria do direito ao nome social para toda a administração estadual. Antes era só da Educação. Foi um avanço histórico. (MP)

RM/CB: *Qual o conteúdo dessa portaria?*

Nome social. E ela não é só para pessoas trans, [é para todos], independentemente do que seja. Se seu nome é Amélia e você quer ser chamada de Joana, você pode ser respeitada. Tem também uma lei, a nº 7.859, de 25 de maio de 2010 (SALVADOR, 2010), da vereadora Marta Rodrigues, que é sobre o nome social no município de Salvador. Há o Processo Transsexualizador do SUS, que é um avanço para a gente. São conquistas importantes. Ter eu aqui em uma secretaria como essa é um avanço, um começo de tudo. (MP)

RM/CB: *Os dados dessa violência trans que você mencionou acima referem-se ao fato de que três quartos dessa população de 179 pessoas assassinadas eram jovens e negras. Então, uma população jovem e negra e, provavelmente, pobre. No meu olhar social e cultural, eu percebo que entre a população muito pobre parece que a prostituição de pessoas trans soa como uma saída para a pobreza. Isso é verdade? O que é que você pensa sobre isso?*

MP: *Posso falar uma coisa para você? Quando uma trans nasce, mora e é criada no mesmo bairro, eu acho que a discriminação contra ela é menor, porque todo mundo já a conhece. Claro que ela aprende a lidar com os estigmas.*

RM/CB: *Não falo de discriminação, não. Eu falo de seguir a vida, assim, por exemplo, de entrar em uma vida de prostituição. O que é que você pensa, se tem algum dado?*

Existem travestis de origem de classe média alta, só que a família costuma ter dinheiro, como Léa, filha de jogador. Tem uma filha de uma juíza que se prostituiu de uma forma mais diferente. Na periferia não tem como se constituir como trans, tem que ir para rua se prostituir, porque o mercado de trabalho é velado. A família expulsa, aí existem os estigmas na periferia. Você as vê muitas vezes falando alto, entendeu, gritando de uma forma bem agressiva. Ali é uma defesa delas porque, infelizmente, elas sofrem muitas



violências. Elas tentam se autoafirmar porque elas moram na periferia. Quando ela vai para rua, ela já sai velada, já sai na autodefesa o tempo todo. É importante começar a ver que as pessoas trans precisam se constituir como pessoa trans, o que envolve modificação corporal, em sua grande maioria. E muitas ocupam profissões, mas a prostituição é, muitas vezes, a forma que encontram para se constituir como pessoa trans e serem aceitas naquela comunidade. (MP)

RM/CB: *Dentro da estrutura do governo estadual existe algum projeto de inserção de pessoas trans no mercado de trabalho?*

MP: Tem um projeto de economia solidária na Secretaria do Trabalho e Ação Social para atender ao público LGBT, com perfil de apoio e informações. No governo não há ainda projeto específico de incentivo à inserção no mercado de trabalho.

RM/CB: *Você almeja algum cargo político eletivo?*

Não! Pelo amor de Deus! Não faça isso, não. Assim... [risos] eu não vou ser hipócrita. O povo me chama, me chama muito. Eu acho que é necessário maior trabalho de conscientização junto aos movimentos LGBT, de mulheres e negros. Porque a gente se coloca como minoria, mas se você se der conta, a gente é maioria. E se você começar a analisar e a observar algumas questões que são muito importantes para observar, se observar que os movimentos de mulheres, movimentos LGBT, movimento negro, movimento indígena, sem-terra, sem-teto e outros movimentos que englobam as pessoas com deficiência, se eles se unissem mais, muita coisa iria mudar no Brasil. A gente tem que começar a pensar e a colocar nesses espaços políticos pessoas que nos representem. (MP)

RM/CB: *Para concluir, que mensagem você deixa?*

A discriminação é formada por um conjunto de coisas: a questão da cor, a questão social, dos estigmas das religiões. E para solucionar isso a gente tem que começar a ter uma fala unificada, começar uma a falar da outra. A gente ainda está longe de acabar com o racismo, a discriminação, a LGBTfobia, o sexismo. E nós, como lideranças, estamos aqui para desconstruir esse estado de coisas. Temos de estar permanentemente na luta contra todo tipo de discriminação.



Referências

ANTRA - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. Mapa dos casos de assassinatos de Travestis, Mulheres Transexuais e Homens Transexuais no território brasileiro no ano de 2017. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

BAHIA. Secretaria da Educação. *Resolução CEE nº 120, de 5 de novembro de 2013*. Dispõe sobre a inclusão do nome social dos/das estudantes travestis, transexuais e outros no tratamento, nos registros escolares e acadêmicos nas instituições de ensino que integram o Sistema de Ensino do Estado da Bahia e dá outras providências. Salvador: Secretaria da Educação do Estado da Bahia, 2013.

BAHIA. Casa Civil. *Decreto nº 17.523, de 23 de março de 2017*. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da Administração Pública Estadual direta, autárquica e fundacional. Salvador, BA: Governo de Estado da Bahia, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n 1.707, de 18 de agosto de 2008. *Institui no Sistema Único de Saúde (SUS) o processo transexualizador, a ser implantado nas unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão*.

Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria nº 1.820, de 13 de agosto de 2009*. Dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013*. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS).

SALVADOR. *Lei nº 7.859, de 25 de maio de 2010*. Dispõe aos órgãos da administração pública municipal e da iniciativa privada que observem e respeitem o nome social de travestis e transexuais e dá outras providências. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, 2010.

